

## Editorial

**A**presentamos aos leitores mais uma edição da revista do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Em todos esses anos de publicação temos assistido, com satisfação, a utilização de nossas publicações como fonte não só de leitura e reflexão pela pós-graduação, mas também como referência em grupos de estudos e em várias disciplinas da graduação.

Isso nos leva a acreditar que os objetivos estão sendo alcançados, pois uma publicação precisa ser socializada e servir de “gatilho” para críticas, reflexões e também de novos estudos. Além disso, a confiança dos inúmeros colaboradores de todo o Brasil e do exterior, que nos enviam seus artigos para publicação nos leva a uma constante inquietação visando sempre o aprimoramento da revista.

A temática dos Direitos e Garantias Fundamentais nos proporciona uma vasta gama de análises que enriquecem a leitura, pois temos numa mesma edição textos acerca dos grandes desafios que ainda temos na luta pela efetivação dos Direitos inseridos na Constituição Federal e em outros diplomas normativos.

Nesse sentido, a FDV tem nos mostrado um compromisso inegociável com uma formação humanística em todos os seus níveis de ensino e a revista segue a mesma trilha e tem alcançado grande respeitabilidade no cenário acadêmico. Outro aspecto que é preciso que se registre é a circulação da revista também em coletivos sociais relacionados aos Direitos Humanos. No grupo de pesquisa que coordeno no PPGD/FDV intitulado “Invisibilidade Social e energias emancipatórias em Direitos Humanos” temos intenso contato com movimentos sociais e recebemos o retorno de que nossa revista tem sido utilizada também para as suas respectivas reflexões.

Diante de tamanha diversidade de colaboradores e leitores, a revista busca trazer também diferentes olhares em torno dos Direitos e Garantias Fundamentais, suas negações e possibilidades de efetivação. Com o volume 16, que ora se apresenta, não foi diferente.

Encontraremos dois artigos que trazem a discussão acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O primeiro intitulado “Direito à educação: a matrícula da pessoa com deficiência intelectual na rede regular de ensino” discute tal problemática e aponta alguns caminhos oferecidos pelo Ordenamento Jurídico para a efetivação do Direito à educação e as consequências advindas da recusa à matrícula de pessoas com deficiência. Ainda nesta seara, temos o artigo “Abordagem crítica sobre os direitos humanos e a proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais” que reforça a necessidade de análise dos instrumentos dos instrumentos legais disponíveis para a defesa dos direitos, inclusive com ênfase na Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência da ONU, já ratificada pelo Brasil.

Ainda em torno dos Direitos Fundamentais Sociais apresentamos o artigo intitulado “Teletrabalho e sociedade da informação: modalidades e jornada de trabalho. Sua análise busca esclarecer alguns aspectos peculiares desta modalidade laboral, em especial, quanto às polêmicas relativas à jornada de trabalho. O tema mostra-se absolutamente atual, já que envolve novas tecnologias no mundo do trabalho e como adequar a legislação justrabalhista às inovações sem perder de vista o respeito aos direitos dos trabalhadores. Outro artigo que perpassa pela área do trabalho intitula-se “Ação de interdito proibitório e a aplicação do princípio da proporcionalidade no juízo das condições da ação: colisão entre os direitos fundamentais de greve e de livre iniciativa”. Aqui, o tema da greve ganha destaque e é analisado a partir da colisão entre dois direitos: a greve e a livre iniciativa, ambos acobertados pela Constituição vigente.

Outros dois artigos trazem uma leitura importante de aspectos relacionados às garantias processuais. O primeiro, “El rol del juez em uma sociedade democrática” debruça-se sobre as teorias que tem sido debatidas acerca do papel do juiz, analisando se a tarefa jurisdicional é ato de conhecimento ou ato de vontade. O outro trabalho denomina-se “Os princípios do contraditório e da ampla defesa como instrumentos históricos garantidores da eficácia e legitimidade do processo administrativo disciplinar “e nos tráz o árduo tema do Processo Administrativo Disciplinar, revendo o seu papel tradicionalmente focado no interesse

da administração e propondo uma guinada que tenha como pano de fundo o respeito às garantias Constitucionais, em especial os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Diante das inovações tecnológicas que estamos vivenciando, vários são os desafios que se apresentam ao Direito e aos seus profissionais e estudiosos. O artigo “Construção colaborativa e multissetorial: o marco civil da internet e a inédita experiência de regulação no Brasil” nos brinda com uma análise dos desafios enfrentados pelo Brasil para a construção do marco Civil da internet.

Por fim, mais dois artigos trazem temas instigantes e polêmicos. O artigo “Aborto como Direito Constitucional” toca num dos pontos mais sensíveis da seara jurídica ao expor que a mulher tem o direito de interromper a gestação e que isso decorreria de uma necessária e mais moderna exegese Constitucional que tem como base o princípio da dignidade da pessoa humana. O último texto desta edição, intitulado “O consumo do sexo em Copacabana/RJ e a conformação de suas territorialidades: embates e resistências” nos presenteia com uma análise muito rica acerca das relações, resistências e conflitos que se dão entre a população residente de um bairro do Rio de Janeiro (Copacabana) e de outros tantos que procuram tal espaço para o consumo do sexo. Este tema, ainda marcado por profundas ideologias conservadoras, faz com que a leitura do artigo nos auxilie na compreensão de tais relações em um espaço social específico.

Agradecemos aos que enviaram seus artigos e que continuem a fazê-lo, pois a publicação da revista é uma empreitada que só se torna possível com a participação de todos.

Uma excelente leitura a todos e todas!

**Profa. Dra. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto**

Professora da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)  
Pós-doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais  
da Universidade de Coimbra. Doutora em Direito pela  
Universidade Gama Filho (UGF)